

---

## COMO ACONTECE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NEE EM UMA SALA DE AULA DO ENSINO REGULAR NO MUNICÍPIO DE PATU/RN

Rannya Maygia de Melo Duarte (UERN)<sup>1</sup>

Jônatas Queiroga Guimarães (UERN)<sup>2</sup>

Alany Dantas da Silva (UERN)<sup>3</sup>

### Resumo

Desde do início do século XXI os discursos sobre uma sociedade mais justa e igualitária trouxe à tona discussões em relação a diversidade humana e o direito de todos a educação. Tomando por base essa concepção, a educação inclusiva tem sido projetada como um novo modelo de ensino que se constitui pela importância à essa diversidade e que é legalmente imposta como prática presente nas nossas escolas. Nesse cenário, a inclusão de alunos com NEE (necessidades especiais e educacionais) nas instituições de rede regular de ensino, trouxe para as escolas o desafio de rever sua estrutura para atender a essa nova demanda que a cada dia torna-se mais abrangente e, além disso, trouxe para os profissionais da educação a necessidade de rever suas concepções e paradigmas, buscando aprimorar, saltar barreiras à procura de novos conhecimentos para conseguir receber essa demanda no sentido de acolher sem qualquer tipo de distinção entre os mesmos. Pensando nisto, este trabalho tem como objetivo relatar a análise de um estudo de caso que tem por finalidade conhecer como acontece a inclusão de uma aluna com deficiência mental em uma sala de aula do ensino regular de uma escola do município de Patu, interior do Estado do Rio Grande do Norte. A referida aluna é cadeirante, apresenta diagnóstico de tetraplegia, tem 14 anos de idade e é estudante do 3º ano das séries iniciais do ensino fundamental, a mesma está inserida em uma sala de aula contendo um número de 20 alunos. Para a compreensão de como ocorre esse processo inclusivo, tomou-se como base metodológica a observação da sala de aula onde a referida aluna está inserida e matriculada, entrevistas com os pais e a professora da mesma; subsidiando assim, mais informações para conhecer como ocorre a inclusão desta no âmbito escolar. Esse estudo sustenta-se a partir dos estudos de (AINSCOW,1995); e de formas mais amplas nos estudos de (COLL,2004); (ESPANHA,2004); (BRASIL,2005); entre outros.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. Ensino. Professor. Desafio.

---

<sup>1</sup>Graduanda do 7º período do curso de Letras - Língua Portuguesa/CAP – UERN. E-mail: rannyamaygia@gmail.com - <http://lattes.cnpq.br/1712048719076232>

<sup>2</sup> Graduando do 7º período do curso de Letras - Língua Portuguesa/CAP – UERN. E-mail: jonatas\_queiroga@hotmail.com - <http://lattes.cnpq.br/0032023662220547>

<sup>3</sup> Graduanda do 7º período do curso de Letras - Língua Portuguesa/CAP – UERN. E-mail: alanydantas8@gmail.com

## **Abstract**

Since the beginning of the 21st century the speeches about a more just and egalitarian society brought up discussions about human diversity and the right of everyone to education. Based on this conception, the inclusive education has been designed as a new model of education that is the importance to this diversity and which is legally imposed as this practice in our schools. In this scenario, the inclusion of pupils with SEN (special educational needs) in regular education network institutions, brought to the schools the challenge of reviewing your structure to meet this new demand that every day becomes more comprehensive and, moreover, brought to the education professionals the need to revise their conceptions and paradigms, seeking to improve , jump barriers looking for new knowledge to be able to receive this demand in order to host without any type of distinction between them. Thinking about it, this work aims to report the analysis of a case study that aims to meet as the inclusion of a student with mental disabilities in a regular education classroom in a school in the municipality of Patu, interior of the State of Rio Grande do Norte. This student's wheelchair, presents diagnosis of quadriplegia, has 14 years of age and is a student of the third year of the initial series of elementary school, it is inserted into a classroom containing a number of 20 students. To understanding as this inclusive process, as the methodological basis classroom where that student is inserted and registered, interviews with the parents and the teacher; subsidizing so more information to learn how the inclusion of this occurs within schools. This study is supported from the studies of (AINSCOW .1995); and broader forms of studies (COLL, 2004); (ESPANHA, 2004); (BRASIL .2005); among others.

**Keywords:** inclusive education. Teaching. Teacher. Challenge.

## **1. Notas Introdutórias**

Há certo tempo vem-se tentando melhorar a qualidade de ensino da educação básica nas escolas públicas brasileiras, já que esta é a meta fundamental para o desenvolvimento do país. Ao falar em qualidade de ensino, é importante ressaltar os obstáculos a serem atravessados, por exemplo ensino de excelência promovido por professores com boa formação, que busquem as constantes atualizações necessárias nas áreas, salário-justo, gestão escolar bem organizadas e bem definidas, presença constante da comunidade e da família e espaços adequados.

Nesse contexto, tem-se como objetivo compreender o funcionamento da educação inclusiva na prática cotidiana escolar, visando conhecer como ocorre o processo de inclusão da aluna com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) em uma sala de aula do ensino regular em uma escola da rede municipal na cidade de Patu-RN.

A aluna em estudo através de diagnóstico médico tem paralisia cerebral e tetraplegia mista, é cadeirante e apresenta limitações em seus movimentos, tem quinze (15) anos de idade, a sala de aula que a mesma esta matriculada é do 3º ano do ensino fundamental com vinte e dois (22) alunos matriculados com faixa etária de oito a dez (8 á 10) anos, como a aluna apresenta esse tipo de deficiência existe uma cuidadora na sala para auxilia-la nas questões de alimentação, higiene e locomoção.

A escola pesquisada atende apenas a modalidade do ensino fundamental menor, ou seja, do primeiro ao quinto (1º ao 5º) ano. Sendo em dois (2) turnos, matutino e vespertino. Conhecendo a instituição e visando a importância de realizar esse trabalho, sobre como acontece a inclusão da aluna com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) na prática escolar, e reconhecer as dificuldades e as funcionalidades da instituição, pretende-se também discutir sobre a inclusão encontrada no ambiente escolar no qual a aluna em estudo está inserida. Para atender aos objetivos do estudo utilizou-se da metodologia do estudo de caso, através de pesquisa qualitativa e descritiva na perspectiva de descrever os resultados apresentados sobre como a aluna com (NEE) é aceita na instituição escolar, sua participação nas atividades propostas pela professora e a socialização com a turma.

A coleta de dados fornecidos pelos setores entrevistados (professor e família) serviram como base para dar suporte a pesquisa sobre o estudo, sendo fundamental os seguintes questionamentos com a professora, você acha que a escola está preparada fisicamente, estruturalmente e profissionalmente para receber a aluna em estudo? – qual a metodologia usada para incluir a aluna nas tarefas propostas na sala de aula? – existe ajuda por parte do apoio pedagógico da escola que venha contribuir de forma positiva para que ocorra o processo de inclusão na sala de aula? E a mesma participa de algum atendimento educacional especializado(AEE)?. Utilizou-se a mesma metodologia para com a mãe, com o objetivo de colher dados fundamentais para dar sustentação ao estudo do sujeito pesquisado como por exemplo; como acontece o comportamento da aluna no convívio familiar, quem cuida da mesma, e se ela é atendida por algum programa social, e/ou por algum profissional especializado, qual(is)? A quanto tempo a aluna frequenta a escola? E porquê? E como acontece a locomoção da mesma no percurso de casa para a escola?.

O estudo de caso desenvolveu-se através de pesquisa e usou-se o método de observações e entrevistas no período do segundo semestre do ano letivo de 2014 em uma escola da rede municipal de ensino na cidade de Patu-RN.

### 1.1 Revisão de literatura

A inclusão escolar propõe uma nova educação, com um novo olhar para um saber qualitativo e igualitário para todos; nessa perspectiva, busca-se acolher a todos de forma justa, apesar de saber que essa é uma meta difícil, mas, não impossível a se cumprir.

O ato de incluir é visto como um contexto social/global de caráter obrigatório e complexo, mas, todas as instituições de ensino devem estar organizando-se sempre para receber alunos com deficiência ou (NEE) sejam elas de quais quer natureza (física, mental, educacional e etc.). Mas, o ato de incluir não é só ser matriculado em uma escola, ou fazer parte da lista de chamada, e sim, fazer parte dela, de qualquer forma que seja. Deve-se oferecer condições básicas para que esse aluno possa desenvolver suas habilidades e aptidões, onde envolvam-se não apenas com desejo de mudança mas que possam desenvolver seus aspectos físicos, morais, intelecto e sociais.

Sabe-se que a escola é um elo que interliga-se entre a sociedade, assim, tem-se a ideia de que ela é de (e para) todos, pois estabelece-se uma meta de escola compartilhada entre a sociedade/comunidade e dessa forma, garante que todos os alunos sintam-se ouvidos, respeitados e acima de tudo, valorizados.

Numa sala de aula inclusiva, a demonstração do que se espera que os alunos e alunas realizem é fundamental para garantir que a orientação do professor(a) esteja clara para todos. Quando o estudante 'vê' na prática o que o professor(a) pede para ser realizado, isto aumenta as chances de participação do aluno(a). Da mesma forma, quando o estudante recebe feedback (comentários) do professor(a) e colegas sobre o que realizou, isto o ajuda a rever sua própria aprendizagem, assim como emitir sua opinião sobre a mesma. (BRASIL,2005, p.24).

A sala de aula inclusiva deve ser entendida como um espaço social e didático que reflita a cultura, valores, metas escolares e sociais, além disso, uma comunidade de aprendizagem autônoma. Para isso, requer uma nova organização para que ela seja um meio em que atraia olhares de inclusão. Em outras palavras, todos os discentes presentes nessa sala de aula devem ter

um olhar a mais para a inclusão, dessa forma, o aluno com (NEE) sente-se bem mais à vontade, pois ele está em um local em que todos o trata com igualdade, e sem um olhar de “pena”.

Os docentes das salas de aulas com alunos com necessidades especiais educacionais, devem ter altas expectativas para todos os discentes, acreditando que todos possam aprender nessas salas de aulas, dessa forma, Ainscow, 1995 em seus escritos sobre uma educação para todos: trabalhando para que isso aconteça. suporte de aprendizagem, argumenta que “O professorado planeja a classe como um todo assumindo que a excessiva ênfase em planejar para determinados alunos pode ocultar fatores contextuais que podem utilizar, estimular e apoiar a aprendizagem de cada membro da classe.

O ensino de alunos com (NEE) é visto como um desafio, pois os profissionais preocupam-se em organizar a prática educativa de modo que, inclua esses alunos e dar-lhes condições de aprender. E que possa atender as especificidades de cada um. Segundo a revista de educação especial, “Deste modo, o aluno poderá perceber-se como sujeito que contribui para a construção de saberes, e de um saber fazer coletivo retirando disso múltiplas vantagens inclusive a de acessar um papel social valorizado.”(INCLUSÃO; 2010, pags.40 a 45)

## 1.2 Conhecimentos inclusivos

O atendimento as diversas necessidades do sistema educacional para com os educandos que apresenta deficiências, seja elas leves ou severas, requer uma maior atenção do professor o que é um grande desafio para os profissionais, gestores e toda a equipe pedagógica da escola. Assim, Segundo EUGÊNIA:

Muitos docentes malformados sem orientação adequada, ainda subestimam esses educandos, interpretam suas dificuldades como falta de capacidades ou movimentação, considerando-os como inatos para estudar na escola regular e, como consequência não investem atenção, esforço e tempo em relação a sua educação. (EUGÊNIA;2014, pag.90)

Com a aprovação da lei nº 9.394/96, a denominada LEI DE DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO, mais precisamente o art. 58 relacionado a educação especial diz que, para os

efeitos dessa lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com necessidades especiais, mas para que haja inclusão efetivada é preciso que todos os sujeitos que fazem parte dessa instituição colabore de forma significativa, gestores, funcionários, alunos, enfim, todo apoio pedagógico, comunidade escolar e inclusive a família que são os agentes principais nessa colaboração.

E ainda, Mantoan argumenta que:

O argumento do despreparo dos professores não pode continuar sendo álibi para impedir a inclusão escolar de pessoas com deficiências. Se não estamos preparados, precisamos urgentemente nos preparar. E uma verdadeira preparação começa com a possibilidade e pelo desafio de acolher as diferenças na sala de aula e pela busca de novas respostas educacionais. Nesse processo a responsabilidade é de todos, principalmente das autoridades responsáveis pela definição e implementação das políticas educacionais. (MANTOAN; 2008, pag.79).

O importante é que sejam atendidos de modo que defina dentro das normas de organização da política pública educacional dos estabelecimentos de ensino regular que possibilita a todos os alunos com (NEE) uma melhoria no ensino e locomoção para os ditos “deficientes” como também proporcione uma adequação melhor na sistematização de ensino em sala de aula garantindo aos educandos com necessidades especiais e cuidados especiais na educação básica de ensino regular uma proposta de trabalho metodologicamente acessível ao interesse e desempenho dessa clientela, buscando um aprender com mais significados e coerência ao conhecimento dos mesmos, considerando-os a limitação e movimentos desses alunos.

Sabe-se que o professor educador deve recorrer de novos conhecimentos, tomar por base melhorar sua prática tornando-a um entendimento mais significativo no aperfeiçoamento das abordagens em sala de aula diariamente. Esse é o ofício do profissional preocupado e interessado com a aprendizagem de seus alunos. Como citado anteriormente, para Eugenia, garantir o direito de toda criança e adolescente a educação, vai além da ideia de formar gente capacitada para o mercado de trabalho ou para o desenvolvimento do país.

A escola é muito mais do que o campo do conhecimento e da aprendizagem, é um lugar de reconhecimento e de pertencimento da infância. Mesmo uma criança com deficiência severa, em que não se vê resposta tem o direito a esse espaço de ser criança. [...] promover a inclusão é formar uma geração de

cidadãos capazes de olhar a pessoa com deficiência de outra maneira sem medo do dito “deficiente” essa mudança é fundamental. (EUGÊNIA; 2014, pag.90)

Sem dúvida, qualificar o professor é investir na educação do país, ampliar a metodologia pedagógica da sala de aula com os novos conhecimentos do profissional, todos ganham; escola, família e sociedade. Nesse pensamento, tenta-se formar indivíduos atuantes, com isso melhorando o desenvolvimento dos educandos com (NEE) em sala de aula, busca-se aperfeiçoar o interesse e a participação dos discentes. Muitos profissionais alegam falta de recursos e/ou mesmo falta de preparação para trabalhar a diversidade em sala de aula, para isso, a preparação dos profissionais é o primeiro passo a ser dado para a inclusão.

Ainda segundo a revista de educação especial, o paradigma da inclusão dar-se por meio de processo da mudança que se entende desde a educação comum ao serviço de apoio especializados que visa promover o desenvolvimento das escolas, constituindo práticas pedagógicas capazes de atender a todos alunos. O sistema educacional, inclusivo está fundamentado na constituição federal/ 88, que garante a educação como um direito de todos. E no Decreto de nº 6.949/2009, ratificado pela convenção sobre direitos das pessoas com deficiência. (ONU/2009). Que Assegura o direito de pleno acesso à educação em igualdade de condições com as demais pessoas. Dessa forma, a construção da educação inclusiva requer a definição de políticas públicas que visem a alterar a organização dos sistemas paralelos de ensino comum a especial, consolidando uma proposta de educação especial integrada ao projeto político pedagógico (PPP) da escola comum, capaz de contrapor as diferentes formas de exclusão e garantir as condições de acesso, participação e aprendizagem. Conforme a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. (MEC,2008); a educação especial constitui uma modalidade de ensino não substitutiva a escolarização dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotações. O decreto de nº 6.571/2008 define o atendimento educacional especializado (AEE) e instituiu funcionamento, no âmbito do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação-FUNDEB para a oferta da (AEE) aos alunos matriculados nas classes comuns de ensino regular da rede pública.

## **2. Análise reflexiva do estudo de caso nos contextos: escolar e familiar**

Com base na pesquisa realizada com a professora na sala de aula do 3º ano do ensino fundamental na qual a aluna com necessidades educacionais especiais (NEE) está matriculada, com quinze (15) anos de idade e através de laudo médico tem paralisia cerebral e tetraplegia mista, é cadeirante e apresenta limitações em seus movimentos. Inicialmente utilizou-se como metodologia para coleta de dados uma entrevista dando ênfase aos seguintes aspectos; a questão da socialização, o processo de inclusão, tempo de escolarização, se a mesma por algum programa social, ou algum profissional especializado.

Constatou-se que todas as respostas da professora foram negativas, afirmando que a aluna está na sala por que está matriculada, mas ela não dispõe de conhecimentos sistematizados para desenvolver nenhuma tarefa em sala que proporcione a aluna o processo de inclusão, acredita, que ela, frequenta a escola por obrigatoriedade do sistema, mas que ela com aquele tipo de deficiência não tem condições de aprender. E a escola também não está preparada profissionalmente para oferecer apoio necessário para que ocorra o processo de inclusão, tanto na questão didático-pedagógica, como na questão de recursos, tornando-se impossível se desenvolver tarefas que contemple um processo de ensino e aprendizagem satisfatório para a aluna em estudo. Segundo (Mantoan,2008 pag.36):

O argumento do despreparo dos professores não pode continuar sendo álibi para impedir a inclusão escolar de pessoas com deficiências. Se não estamos preparados, precisamos urgentemente nos preparar. E uma verdadeira preparação começa com a possibilidade e pelo desafio de acolher as diferenças na sala de aula e pela busca de novas respostas educacionais. Nesse processo a responsabilidade é de todos, pais, diretores, supervisores, orientadores educacionais, professores, alunos e principalmente das autoridades responsáveis pela definição e implementação das políticas educacionais. (MANTOAN, 2008 pag.36).

Diante do pensamento de Manton e as respostas da professora, percebe-se que a aluna em estudo está na escola para atender a obrigatoriedade das leis, de forma que não esteja distante de lugares outrora visto como segregados, sendo inserida na escola como uma questão social. Neste sentido, constata-se que a inclusão escolar e a concepção de educação inclusiva pedem a todos os envolvidos nas áreas da educação uma nova perspectiva de ensino, e para tanto, novas pesquisas

e novas ações são necessárias para que os alunos com (NEE) tenham um atendimento adequado às suas possibilidades e limitações.

Ainda com referência as respostas da professora, a aluna em estudo não tem um atendimento educacional especializado (AEE) porém, percebe-se que o atendimento educacional especializado em uma sala multifuncional para atender alunos com (NEE) é fundamental, onde existe uma variedade de recursos pedagógicos que contribui e estimule o desenvolvimento dos processos mentais, como percepção, atenção, sensório-motor, entre outros, ainda segundo (Mantoan,jan./Jul. 2010):

Dentre as novidades lançadas pela política, destaca-se o Atendimento Educacional Especializado (AEE), o qual é um serviço da Educação Especial que “ [...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos considerando suas necessidades específicas.” (SEESP/MEC,2008).

Haja visto que o (AEE) para os alunos com (NEE) é fundamental para que ocorra uma aprendizagem significativa, mas, para acontecer essa aprendizagem é imprescindível que o professor do (AEE) e a coordenação da escola do ensino comum, elabore e desenvolva projetos colaborativos que venham atender aos alunos em suas diversidades de ritmos de aprendizagem, pois, todos são diferentes entre si, e, é necessário respeitar essas diferenças.

Percebe-se que a citada professora não procura incluir a aluna em estudo em nenhuma tarefa ministrada em sala de aula, ela fica na sua cadeira de rodas, sempre acompanhada da cuidadora, que está lá apenas para cuidar da alimentação, higiene e a locomoção, em alguns momentos percebe-se que ela fica inquieta, então a cuidadora conversa e caminha com ela na sala e também nos corredores da escola até a mesma ficar calma. Todos os colegas da turma e das outras salas respeitam suas deficiências e limitações.

Vê-se que:

O papel do cuidador é de apoio e suporte, especialmente a crianças e adolescentes com deficiências mais graves ou múltiplas, gerindo aspectos como; alimentação, medicação, fisioterapia, sondas e trocas de fraldas. “ele vai cuidar da saúde e do bem estar da criança. Não se pode confundir com o papel do professor, pois sua atuação não é pedagógica.” Explica (ANA AUGUSTA *apud* CHAVES fev./mar. 2014 pag. 26).

Essa autora deixa bem claro em suas palavras o papel do cuidador, mas, é de suma importância esse personagem dispor de conhecimentos básicos sobre educação inclusiva ( a

mesma está cursando letras) pois só assim esse, terá ferramentas fundamentadas para junto a toda comunidade escolar articular com a secretaria de educação e as entidades da sociedade civil em busca de soluções para a implantação de fato de uma educação inclusiva. Como afirma (FITA,2000 pag.127):

Nossa profissão requer de nós uma atitude mais criativa, uma confiança maior em nós mesmos, em nossa capacidade. É importante questionar determinadas rotinas consolidadas em nossas escolas ao longo dos anos que a simples vista parece muito difíceis de mudar. Temos necessidades de formular perguntas elementares como: esta é a melhor maneira de fazer as coisas? Não existe uma forma mais eficaz. (FITA,2000 pag.127)

Com base na entrevista que foi realizada com a mãe, a mesma relatou que, quem cuida da aluna em estudo em casa é ela, o pai e os três (03) irmãos, tem um comportamento considerado normal, pois, toma três (03) tipos de medicamentos. É acompanhada por três (03) profissionais especializados que são: psicólogo, fisioterapeuta e nutricionista, no centro de atendimento psiquiátrico (CAPs) em Patu-RN. Em relação a sua escolaridade, a mãe falou, que foi uma luta muito grande para conseguir matricula-la, pois, as escolas alegavam que o município não tinha condições financeiras para contratar uma cuidadora para dar apoio a ela, mas, não desistiu, acionou a justiça e através de ordem judicial uma escola da rede municipal do ensino regular, realizou a matrícula e o poder público contratou o cuidador, obedecendo a ordem judicial. Vale ressaltar que essa conquista só foi possível através das orientações recebidas pela (APAE) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, instituição que a mesma frequentava antes de ser acompanhada pelo (CAPs) Centro de Apoio psicológico Social.

Em relação a locomoção da aluna de casa á escola, esse percurso é feito em um ônibus escolar, que dispõe de acessibilidade, e a escola também é acessível em questão de barreiras arquitetônicas, as portas são alargadas e existem rampas acessíveis a cadeirantes. Vale ressaltar que a escola pesquisa foi contemplada com o programa escola acessível no ano de 2012; facilitando assim, o acesso de alunos com deficiência física.

Em suma, a eliminação de barreiras arquitetônicas é obrigatoriedade independentemente se há alunos matriculados com deficiências físicas ou não. Segundo a legislação brasileira:

[...] o atendimento escolar é obrigatório a todos os estudantes de (4 á 17) anos, inclusive aos com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento. Não existe um tipo de deficiência que exclua a criança de ser atendida pela escola em

classe regular, sob pena de denuncia aos órgãos da educação e ao ministério público. (CHAVES, fev./mar.2014).

Segundo a declaração de Salamanca de 1994, como ficou nomeada, ratificava o compromisso com a educação para todos e apontava para a necessidade de todas as pessoas, inclusive aquelas com necessidades educativas especiais, estarem incluídas no sistema comum de educação.

Percebe-se que as matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais estão sendo realizadas em todas as instituições de ensino regular, mas, não basta a efetivação da matrícula, é necessário a permanência e uma aprendizagem significativa. Segundo (PERES 2013/2014 pag.10):

A inclusão pressupõe ampla transformação de estrutura e processo das redes de ensino. Para viabilizá-la é imprescindível o envolvimento das diversas dimensões que interferem na comunidade escolar como: família, estratégias pedagógicas, políticas públicas, gestão escolar e parcerias. (PERES 2013/2014 pag.10)

Para tanto, acredita-se que só será possível acontecer uma inclusão de fato quando todos os setores envolvidos na educação e na sociedade em geral abraçar essa causa tão presente nos contextos educacional e social. Sabe-se que a formação do professor é importante, mas essa, não pode ser pensada fora de um contexto pessoal-cultural-histórico-político-social-econômico. Percebe-se que a escola inclusiva é aquela que o professor dispõe de conhecimentos sistematizados para sensibilizar seu olhar não para a deficiência, e sim para o aluno com Necessidades Educacionais Especiais (NEE)

### **3. Considerações Finais**

O presente trabalho revelou uma realidade complexa e dinâmica, com múltiplos aspectos para análise. O processo de inclusão existente na escola possui muitos pontos positivos e negativos de algumas aproximações com as bases legais para a proposta inclusiva. Entre esses pontos positivos pode-se citar o compromisso dos alunos da sala de aula com os ideais

democráticos e de respeito às diferenças, a busca constante pela melhoria da prática através da atitude reflexiva em prol de atender mais satisfatoriamente o aluno a ser incluso e a abertura para assumir os erros que parte da administração escolar, concepções que a família tem sobre a inclusão da aluna pesquisada na escola.

Esse tipo de abertura às mudanças ficou evidente na fala da mãe e alunos e administração da escola que apesar de não aparecer explicitamente na pesquisa, assumiram que possuíam resistência a alguns pontos da proposta inclusiva antes de vivenciar os benefícios da mesma. O fato de uma figura líder da escola, como a diretora, assumir suas crenças e limitações perante a pesquisadora revela uma abertura à reflexão e às mudanças de concepções que só puderam ser possibilitadas com as vivências positivamente relacionadas à inclusão que, por sua vez, só são possíveis a partir do acolhimento do outro em sua completude.

Em contrapartida, a pesquisa revelou uma concepção de inclusão por vezes limitada, além de sentimentos excludentes, e tensões provocadas por uma realidade educacional conflituosa e por preconceitos em relação às pessoas com necessidades educacionais especiais por parte da própria educadora que por sua vez é vista como uma figura que perpassa o sentido de inclusão, mas que põe em prática uma contrariedade na concepção vista pelos demais colegas. Ao ouvir e considerar a voz das crianças no processo da pesquisa foi possível identificar a escola como um espaço prazeroso para elas, mas foi possível também perceber, vislumbrar ou idealizar a angústia sofrida por essa aluna devido ao exílio relacional provocado pela não preocupação do professor para com ela. Assim, tal fato norteia-nos a observar a necessidade dos profissionais da escola analisarem o processo de inclusão não apenas de forma ampla, mas direcionar o olhar a cada um dos sujeitos que fazem parte deste processo, criando mecanismos para solucionar os problemas que impedem o verdadeiro acolhimento destes alunos.

Todas essas características acima citadas compõem identitariamente uma escola que é constituída pela relação dialética entre a subjetividade e a individualidade de cada sujeito que neste ambiente atua e a subjetividade social da própria escola e dos outros contextos sociais que interferem neste espaço. A construção do ambiente escolar é permeada pela história de vida dos sujeitos, pelos seus sentidos, valores e crenças sobre a função da escola e da educação que, por sua vez sofrem influências dos outros espaços sociais, não apenas influências lineares, mas também formas de contestação com o instituído; assim a subjetividade social da escola se

expressa nas subjetividades individuais dos sujeitos que constituem o ambiente escolar ao mesmo tempo em que são constituídos por ele.

Neste sentido, a maneira como o espaço escolar é constituído tem forte impacto no processo de acolhimento dos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE). No caso da escola investigada foi possível concluir que, a despeito de todas as dificuldades enfrentadas, existe um diferencial: a abertura do grupo em relação à proposta inclusiva e às mudanças provocadas pela mesma e o verdadeiro compromisso com os sujeitos envolvidos neste processo.

Este diferencial revela que tal espaço pode apresentar um contexto favorável (ou não) ao acolhimento do outro de forma plena, possibilitado o estabelecimento de relações com as pessoas com necessidades educacionais especiais e vivências com a diversidade.

A vivência com as diferenças, por sua vez, pode gerar de novos sentidos subjetivos em relação à deficiência, promovendo mudanças culturais. Esses novos sentidos subjetivos por sua vez, retroalimentam as práticas positivas em torno da inclusão e contribuem para maiores transformações, gerando um movimento dialógico que fortalece o processo de acolhimento existente na escola.

É de suma importância observar que tal escola possui este diferencial mesmo estando situada em um contexto adverso, fato que demonstra que a inclusão não possui lugar fixo e não ocorre devido às condições físicas ou estruturais, e sim onde encontra espaço de ação. Vale ainda salientar, que os resultados encontrados na pesquisa foram possíveis a partir da leitura em um curto espaço de tempo e não se apresentam de forma determinada, devido ao caráter dinâmico de toda realidade social.

Este trabalho foi de fundamental importância para a pesquisadora por possibilitar o encontro com sujeitos engajados e experiências intensas relativas a aspirações em contribuir para a formação de uma escola pública mais justa e democrática.

## **Referências**

AINSCOW, M. (1995). **Education for all: Working it happen. Support for Learning**, 10 (4), 157-155

BRASIL, **Educar na diversidade**: material de formação docente/ Cynthia Duk- Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005, pag.65

\_\_\_\_\_, **Educar na diversidade**: material de formação docente/ Cynthia Duk- Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005, pag.24

BARBOSA, Luana Vaz. **Construindo uma escola inclusiva: o impacto do espaço escolar na promoção do acolhimento**. Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Brasília – DF. Janeiro/2011.pag.16

EUGÊNIA, Maria, **uma rede de paradigmas e soluções**, revista da educação especial, nova escola, junho/julho 2014, pag.90

Ensaio pedagógico- construindo escolas inclusivas: 1. ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005. Maria Tereza Eglér Mantoa. Pag.90

\_\_\_\_\_-construindo escolas inclusivas: 1. ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005. Maria Tereza Eglér Mantoa. Pag.79

INCLUSÃO, R. educ. esp. Brasília janeiro/ junho 2010, pag. 40.

\_\_\_\_\_, R. educ. esp. Brasília janeiro/ junho 2010, pag. 45.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.